

## O CARÁTER INTERATIVO DAS REDES E A POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO POPULAR EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS RURAIS

*LISBOA, Josefa Bispo de*

Os territórios dos movimentos sociais enquadrados em redes cada vez maiores, podem encontrar amplas condições de pressão e resistência pelo seu próprio significado. Quando o homem não percebe o seu espaço de moradia como produto da sua ação nem o compreende como resultado das relações de poder, é porque falta a ele a elucidação necessária à elaboração da consciência crítica.

Nesse ponto, as redes tornam-se imprescindíveis. É um fenômeno novo que busca clarear as articulações das práticas dos grupos localizados. Elas devem sustentar, construir e reconstruir os territórios do cotidiano que por sua vez, tornar-se-ão espaços públicos, abertos à reflexão, ou campos de força.

### **Redes: (desterritorializando/reterritorializando)**

As redes tornam-se tendência nos estudos geográficos na modernidade, em virtude da projeção capitalista que alcança hoje seus melhores patamares, sobretudo por conta da contribuição das redes de informação permitindo a simultaneidade das informações e das comunicações.

Nunca as distâncias foram tão anuladas. Em detrimento dessas, o comando geral do modelo de produção e consumo define-se no campo da informação. Quem detém as técnicas determina as escalas de produção.

Uma análise dos fatores econômicos demonstra mudança de diretrizes/decisões do local para o global. Essa capacidade que as redes têm de fazer a interconexão entre o local e o global, denuncia o porquê delas emergirem neste final de século com todo vigor. Elas, em primeiro plano, interessam à reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que redefinem os comandos nas escalas macro e micro.

---

\* Mestre em Geografia Agrária/NPGEO-UFS  
PRofa. Substituta da Prática de Ensino em Geografia

Não se espera mais dos estados ou dos municípios determinações no nível político ou econômico. Sabe-se que tais definições estão sendo elaboradas, em linhas gerais, pelas grandes empresas e grupos empresariais que detêm o controle das técnicas e da informação.

Face aos resultados desastrosos da valorização dos elementos técnica e informação, que dominam nas redes, vemos que: *“consequentemente a globalização em curso é comandada por e realiza-se no interesse das corporações e conglomerados transnacionais”* (RATTNER, 1996, p.103). Nesse sentido, elas constituem-se em mola propulsora do projeto global, pois a ciência passa a manipular estratégias de articulação para a reprodução do capital, de forma a direcionar benefícios para os que detêm o seu monopólio. As redes reforçam a desterritorialização na medida em que estimulam e articulam os circuitos de fluidez do grande capital.

Além disso, essas redes promovem mudanças de hábitos e valores e mudanças nos padrões de produção e de consumo, que são conseqüentes das inversões verticalizadas e hierarquizadas das técnicas informacionais que estão a serviço da desterritorialização.

As articulações com os grandes capitais internacionais canalizam diversos processos de desenraizamento, sem que, necessariamente, se tenha convicção da sua participação ou responsabilidade no resultado final.

COSTA (1996), acredita que as redes são tanto mais desterritorializantes, quanto mais elas forem “instrumentais e vinculadas à lógica padronizadora da economia de mercado”, “técnico-informacionais e imateriais”, “globais e hierárquicas”, e “ilegais e clandestinas”

É provável que as articulações que inibem as iniciativas comunitárias, promovendo os programas pré-elaborados fora, nos topos das hierarquias, conduzam a um processo de desterritorialização de determinados pontos da rede. Tal idéia só reforça as concepções de SANTOS (1996), COSTA (1996), CORRÊA (1997), e SOUZA (1996) e dos mais diversos pensadores que discutem as alternativas para uma organização espacial que reflita sobre as necessidades atuais desse mundo, envolvido por redes amplas, que tanto desterritorializam como criam novas sinergias, alternativas da continuidade.

Com características vinculadas ao modelo de desenvolvimento da economia

internacional, baseadas na perspectiva da simultaneidade das informações, as redes inscrevem-se nos padrões estabelecidos ao crescimento dos grandes capitais. Créditos internacionais são manipulados pelas redes e disponibilizados para países pobres numa união vertical desenraizadora.

As uniões verticais põem em cheque as democracias teóricas e fazem retomar o histórico domínio dos grandes impérios mundiais, agora de outra forma, constituídos por blocos de poder. Não mais os blocos de países e sim, os grupos econômicos empresariais dominando nos topos das hierarquias.

As redes são elaboradas intuitivamente como correspondência ao avanço científico. As normas criadas pela modernidade determinam quem manda em quem. Os mecanismos mais ágeis de informação, devem interagir como meios eficazes de produção, elevando a produtividade e transformando os parâmetros do consumo e daquilo que deverá ser considerado essencial.

Outro aspecto da contemporaneidade é apontado por DOWBOR. Para ele, o que a globalização traz, é uma mudança de paradigma. as redes permitem também a solidariedade, *“passamos gradualmente da pirâmide vertical e autoritária herdada do direito romano e retransmitida pela estrutura da igreja tradicional, para o conceito de redes interativas de uma sociedade muito mais horizontal”* (1998, p.340).

Na perspectiva de DOWBOR, assim mesmo, do jeito que excluem, as redes também solidarizam, complementam. Elas são geridas por regras econômicas, técnicas, jurídicas, etc. que determinam comportamentos. Mas não são imparciais, e acabam por colocar em questão relações sociais entre aqueles elementos que se solidarizam nelas. Esse processo se manifesta pelos fluxos.

A horizontalidade que é, antes, a face solidarizante e complementar das redes, o domínio dos lugares contíguos, reunidos, os lugares vizinhos, deve ser ampliada como alternativa para assegurar poder de combate à exclusão. Essa união horizontal dos lugares contraria as verticalidades e reconstrói a vida cotidiana, criando suas próprias normas, nas escalas, tanto locais como regionais. São as redes de solidariedade, moldadas dentro de uma razão comunicativa, consideradas mais territorializantes (RANDOLPH, apud COSTA, 1996).

A trajetória dessa categoria, que é geográfica, sociológica, econômica, etc., está associada ao desenvolvimento da ciência das inovações. Vincula-se o tempo todo às modificações espaço temporais que se configuram na contemporaneidade.

Trata-se de buscar um entendimento dos processos gerais de desenvolvimento da economia mundial e de encará-los como essenciais à compreensão das articulações da sociedade civil. Trata-se, também, de acreditar e de buscar o seu papel reterritorializante.<sup>(1)</sup>

Considere-se também que o que torna a rede geográfica, é o mesmo que a identifica, ou seja, o papel neutralizador da atuação de um só poder permeando nas relações. Esse elemento amplia suas forças e lhes permitem ser compreendidas também à luz da complementaridade.

No dizer de SHERER-WARREN, *“a análise em termos de redes de movimentos implica relações entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconecções das identidades dos atores com o pluralismo”* (1993, p.22).

A afirmação de experiências localizadas em que as associações tomam para si análises de conjunturas fora de um contexto mais amplo, manifesta a falta de interação com um todo hierarquizado e/ou complementar.

Desse modo, interagir pode significar ao mesmo tempo reforço e repartição de poderes. Afinal, no processo interativo, tem-se uma interferência mútua, trabalhando no sentido de novas construções, ora desterritorializando, ora construindo nova territorialidade. O que sobressai, são os aspectos da troca.

Numa acepção simples, CORRÊA afirma que as redes podem ser entendidas como *“um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”* (1997, p.107). As ligações são realizadas pela malha. Nada mais do que as conexões entre os indivíduos, o conjunto de estabelecimentos, as agências, enfim, a troca de fluxos entre os nós.

A estabilidade de cada nó da rede, ou a sua constituição como campo de ativação fazem do território, um patamar na articulação de redes. A partir desse

---

<sup>(1)</sup> Em nosso tempo, apesar do território ser o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias - as verticalidades - temos que considerar a outra forma de funcionamento do território que são as horizontalidades - Segundo Santos, em artigo publicado no livro: Território, globalização e fragmentação, *“as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial”* (1996, p.16). A horizontalidade construindo a contiguidade espacial ou coexistindo no *“espaço banal”* não é nada, senão a possibilidade de *“ser complementar”*, ou de perceber as interconexões como contribuições à compreensão de análises plurais. O território é a arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil. Para ele, as mesmas forças que fragmentam, podem servir ao seu oposto.

ponto, tratar-se-á de uma análise de organizações rurais (associações comunitárias e cooperativas) sediadas nos municípios de Salgado e Lagarto e do enquadramento dessas, em redes de interação.

As diversas territorialidades de associações e da cooperativa eleitas como panos de fundo desse estudo, podem ser vistas à luz da proposta de CORRÊA (1997), cujas análises em redes consideram três dimensões: a organizacional, a temporal e a espacial. A dimensão organizacional relaciona-se a configuração interna das entidades e abarca os agentes sociais, a origem, os fluxos, a finalidade, a existência, a construção, a formalização e a organicidade da rede. Definindo-se em um momento da história, assim como num lugar determinado, esses elementos da rede têm vida e constituem processo, funcionando numa unicidade, para fundamentar as duas outras dimensões, temporal e espacial.

Quando se aceita essa perspectiva de estudo, tem-se que as associações incluídas em redes, estruturam-se de modo planejado pelos grupos sociais, envolvem informações e pessoas e prestam-se à realização de mudanças sócio-espaciais. Constituem-se em redes de solidariedade. São reais, imateriais e formais, tendo a complementaridade como característica central, apresentam longa duração e movimento assegurado mesmo em períodos de crises, quando os fluxos são lentos.

As associações operam localmente, podendo conectar-se em escalas maiores através de suas representações e delegacias, o que teoricamente permite maior solidarização. Enquanto isso, as cooperativas analisadas nas mesmas dimensões - organizacional, temporal e espacial - apresentam diferentes especificações. Nesse particular a Coopertreze envolve mercadorias, recursos e informações. Nela se produzem decisões. É real, material e formal, na medida em que tem seus mercados garantidos. Organiza-se em um centro de decisões e tem longa duração, transações de mercado e informações periódicas. Atua em escala regional e apresenta conexão interna. O próprio modelo cooperativo impõe a solidariedade.

O estudo das redes geográficas a partir dessas três dimensões, possibilita uma compreensão pormenorizada das relações. Da mesma forma, amarra o esquema da análise àquelas especificidades já definidas. Este procedimento facilita o conhecimento da territorialidade de cada uma das organizações trabalhadas.

A leitura que se faz dos membros de cooperativas e associações nos municípios de Lagarto e Salgado, é de que eles estão inseridos em redes de interação, vista em

sua acepção simples como conjunto de estabelecimentos, agências ou mesmo indivíduos pertencentes à organização que se destina a prestar determinado serviço. Por essa via, o aspecto mais relevante é o da complementaridade. Engajados em redes, diferentes elementos podem dar contribuições acerca da trajetória dessas organizações.

Por existirem, as redes encaminham um diálogo capaz de imprimir uma diferente organização sócio-espacial. Através delas, pode-se construir um novo relacionamento do homem com o seu espaço. Aquele, por sua vez, elabora relações diferenciadas, estruturas físicas que correspondam às reais necessidades, um esquema de produção adequado ao seu cotidiano, ambientes de lazer que digam respeito aos gostos da coletividade, prioridades que são discutidas no lugar e fora dele por mecanismos de solidariedade que não desejem o desenraizamento. Assim entendida, a articulação das redes maximiza o potencial de cada território na correlação de forças e é por isso que se valoriza o seu funcionamento.

### **A territorialidade dos “pontos”: interdependência e fragilidade**

Cada organização, na medida em que conecta-se à outra, define um certo número de ligações vinculadas à informação, aos valores, aos materiais, às pessoas etc. Estas relações constroem campos de força na medida em que permitem contatos em diferentes níveis: locais e regionais e são esses contatos que elaboram as redes. No nível local, elas se concretizam nas cooperativas, nos sindicatos, nas associações, nas igrejas, nos legislativos municipais, estaduais e federais. No nível regional, as organizações se relacionam com bancos, órgãos de assistência técnica, federações, confederações, comissões de apoio, (Frente Parlamentar Cooperativista – FRENGCOOP, em relação à cooperativa), centrais sindicais estaduais e nacionais etc.

Cada organização tem as suas próprias vias de inserção social, sendo que dessa inserção, dependem as informações que chegam aos agricultores. Isso nos remete aos novos elementos culturais emergentes nas organizações e ao papel da informação e da comunicação na formação ideológico-política dos atores envolvidos.

As constantes trocas que se processam através das redes, impõem que se faça uma distinção entre território (no sentido da contiguidade espacial) e território-rede, ligado às relações que se desenrolam nos nós ou nos pontos. Nesta acepção de território,

concebe-se uma teia, dentro da qual, cada nó é ao mesmo tempo um território contíguo e uma rede em si mesma. Não há apenas uma única força (relações de poder) na constituição da rede. Na medida em que o poder perpassa através dos fluxos e os fluxos podem ser acessados por diferentes atores sociais numa mesma rede, variados elementos podem ser solidarizados com a interferência de também variadas formas de poder. É o poder de mobilização de cada território quem complexifica a sua cotidianidade, uma vez que ele se sujeita à influência da malha.

A idéia de ver a organização (associação e cooperativa) como território-rede, difere da noção usual de território que se refere aos domínios da contiguidade ou do espaço contíguo (SANTOS, 1996). Já o território-rede é um conjunto de nós, conectados por fluxos de informações, recursos, pessoas e valores, para o qual presume-se uma articulação interna com outros territórios (cada família da comunidade, ou mesmo cada associado). Esses pontos dos territórios da associação e da cooperativa, seriam, em outra escala, territórios.

Pormenorizando, cada um dos 75 sindicatos do estado de Sergipe é um ponto no território da FETASE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Sergipe) e constitui também um território, cujos nós são os sindicalizados. Subentende-se que um só nó (um sindicalizado) pode apresentar mais de uma territorialidade, em virtude dos confrontos entre os centros de decisão ou de poderes. No nosso caso, a pesquisa revelou um percentual significativo de agricultores, ou 46% dos entrevistados que se conectam a mais de uma forma associativa.

A associação e a cooperativa são também nós de outras redes e portanto apresentam variadas territorialidades. Por exemplo, a Coopertreze está inserida na territorialidade da OCESE (Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe) ou da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), assim como os seus núcleos (Nova Descoberta, Poções, Quebradas I, II, III, IV e V e Treze) e os povoados onde encontram-se sócios, são pontos do seu território e são também territórios contínuos, ao passo que se articulam com pontos que são as próprias famílias dos cooperados ou somente os cooperados. Por conviverem com diferenciadas organizações na mesma comunidade, como grupos de jovens cristãos, associações, empresas de assistência técnica e outros, vão se constituindo em pontos de outros territórios.

As pessoas da comunidade são membros integrantes da associação, enquanto as associações são territórios do CONDEM – Conselho de Desenvolvimento

Comunitário – esses conselhos são pontos do território do PRONESE – Projeto Nordeste, e este?

Nas comunidades e fora delas, existem outros grupos organizados (as pastorais da igreja, pessoas da comunidade, organizações não governamentais, organizações de categorias, sindicatos, etc.) que podem se engajar na malha dos territórios do CONDEM, assim como da Coopertreze. Para tanto, torna-se imprescindível que haja transparência nessas organizações, e que as mesmas desejem abertura para o debate.

Os agentes de financiamento (bancos) os legislativos (federal, estadual e municipal) e órgãos de assistência técnica são constituintes de diferentes territorialidades; porém, na medida em que se relacionam com as associações ou com a cooperativa, as diferentes redes se ampliam, garantindo identidade e controle internos.

Esse entendimento nos fez aceitar o caráter da complementaridade e solidariedade como mais adequado ao estudo das redes de interação no atual contexto das organizações rurais. Quando a interconexão surge para construir as relações entre os pontos ou os territórios de cada organização, o que sobressai é a complementaridade.

As redes se tornam sociais na medida em que os fluxos nela circunscritos como informações e valores solidarizam-se. A manifestação deste contato são as relações entre representações da sociedade que se comunicam, trocando conhecimentos e interferindo-se mutuamente. Na nossa análise as associações ainda não interagem entre si, e muito pouco com outras organizações. Sobressaem as instituições financeiras e de assistência técnica. Sabe-se no entanto, que o envolvimento certamente permitiria o intercâmbio que falta fortalecendo-as para o enfrentamento no Conselho de Desenvolvimento Municipal CONDEM.

Nem associações, nem cooperativa mantém contatos freqüentes com outras organizações da localidade, do município ou com pessoas que desejam contribuir. O que se nota é que a interdependência não se realiza em virtude do receio das diretorias em reduzir seu poder de direção, pois essas redes podem cooperativamente estabelecer ações baseadas na racionalidade dos argumentos. Nessa relação, elas trocam informações e estabelecem diretrizes do agir em escalas mais gerais e na escala local, ao contrário do agir instrumental que se rege por estratégias técnicas. As redes obrigam à aculturação, à assimilação, mas nunca à aceitação, pelo menos quando se trata de redes de solidariedade.

Para legitimar a sua defesa frente à nova maneira de se estudar os movimentos

sociais, SHERER-WARREN foi buscar fundamentação em FALS-BORDA (1990) e SOUZA (1990). De acordo com esse sociólogo, a nova cultura política obriga movimentos e seus líderes *“a alargarem sua visão cotidiana original e a descartarem os remanescentes de seu sectarismo restritivo, se ramificarem em várias direções e juntarem forças em frentes unificadas de ação (apud SHERER-WARREN, 1993).*

Para compreender a postura da qual nos fala FALS-BORDA, é importante que o entendimento da realidade social daquelas comunidades, passe por elas mesmas. O único modo de conhecer-se a si mesmo e de conhecer os outros é se permitir um mergulho nas raízes dos problemas, levantando o debate sobre a qualidade de vida na comunidade, a infra-estrutura, o acesso a serviços básicos e os perfis das políticas localizadas. É também, criar mecanismos de aceitação da cooperação de voluntários, deixando-se aberto para as contribuições. Desse modo, nessa análise, as redes são entendidas como caminhos alternativos para uma mudança de postura das organizações em questão.

### **Associações em Redes: articulando o espaço**

Considera-se que quando as associações e as cooperativas aparecem enclausuradas, assim como quaisquer organizações, elas não conseguem sair dos particularismos. Estando fechadas, elas conseguem benefícios para as localidades, mas nunca despertam para a importância do grupo na defesa de projetos e conquistas mais amplas. Na prática, o entendimento que predomina é de que o assistencialismo constitui-se a única forma de benefício possível. Basta ver que no território-rede da pesquisa, aqueles que buscaram as associações, 73%, o fizeram pelas benfeitorias e empréstimos que estas lhes possibilitariam. Nas razões apontadas para justificar a filiação à associação, as respostas que predominavam eram muito parecidas:

— *“Para ter acesso ao BNB, precisava estar ligado ou a uma associação ou a cooperativa”*

— *“Pensando na energia do povoado”*

— *“Pela associação a gente pode ter trator, casa de farinha e outras coisas”*

— *“É bom! se quiser empréstimo para adubação, tem que ser associado”*

— *“Através dela podemos conseguir um posto telefônico” (Associados, mar/1998).*

E por que não escolheram outra forma de organização, afirmam.

- *"A associação é a melhor maneira de trabalhar na roça"*
- *"É um meio de arrumar recursos"*
- *"Por interesses próprios"*
- *"Porque a associação está na comunidade"*
- *"Vinha financiamento e benefícios" (Associados, mar/98).*

Das falas, fica o reflexo da pouca clareza em relação à idéia da participação que se pretende no meio rural. Não se vislumbra nenhuma perspectiva de transformação estrutural. Por outro lado, não precisa fazer esforço para entender o grau de satisfação dessas comunidades quando são beneficiadas por equipamentos de infra-estrutura, haja visto o nível das carências.

Nas organizações rurais que foram analisadas no decorrer da pesquisa, existe uma peculiaridade. Elas não foram construídas a partir de um trabalho de base e sim, elaboradas por projetos pretensiosos, construídos de cima para baixo. Evidentemente, a cumplicidade dos políticos que viabilizam os projetos, corrobora para inibir uma compreensão mais abrangente do significado de organização de base. Esse elemento constitui para tais políticos um certo poder. Um poder que enclausura, aprisiona e exclui tanto aqueles que estão no grupo, como os que estão fora dele. Enclausura e exclui porque priva os trabalhadores de tomarem iniciativa para criarem sua própria organização. Além de não poderem definir suas prioridades, acabam por se convencerem de que os objetivos da associação são também os seus. O poder também prende porque mascara uma realidade e amarra aquela que convém a quem está exercendo o poder.

Na realidade, ora as associações estão vinculadas a certos políticos, ora elas estão sozinhas. Quando independentes, por vezes ficam sem possibilidades de dar continuidade aos projetos que elaboram. Quando tentam, muitas vezes, seus planos são inviabilizados pela força daqueles nós da rede que são hierarquicamente desterritorializadores. Apesar desse entrave, os associados percebem que a independência é a possibilidade da não alienação e da não privação do direito de tomar decisões. Esta autonomia pode levar à desterritorialização porque quem está no poder se percebe ameaçado e com campo de atuação reduzido em relação a sua proposta de dominação.

Quando as organizações não conquistam os benefícios materiais, logo vêm a desterritorialização e os trabalhadores aparecem como os próprios culpados. Os políticos se aproveitam da situação para construir novas associações e para descobrir líderes que possam servir como cabos eleitorais, susceptíveis a priorizar a reprodução de quem já está no poder.

A maioria das associações comunitárias dos povoados visitados, já constituem-se na segunda ou terceira a se estruturar nas localidades. A condição das suas implantações reproduzem a lógica supra citada da territorialização/desterritorialização.

Um exemplo de desterritorialização em rede foi o ocorrido com a UNAMECLA – União das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias do Município de Lagarto (jan/1989). Esta, visava defender interesses das associações, unificar o movimento associativo, desenvolver atividades políticas nas comunidades, além de intermediar relações entre as associações, órgãos diversos e entidades similares. Essa instância representativa deveria atuar mediando conversações livres e descomprometidas entre associações e outras entidades, (executivos e legislativos municipal e estadual, bancos, órgãos de assistência técnica e outros). A não atuação da organização nessa perspectiva de trabalho, manteve-a atrelada a um comando político municipal, o que provocou a sua desterritorialização que se fez provocando simultâneos processos de reterritorialização. Além de se constituírem várias outras associações com antigos representantes da UNAMECLA, consolidou-se também em cada município, um Conselho de Desenvolvimento Comunitário CONDEM.

O CONDEM é uma instância deliberativa municipal concebida na constituição de 1988 como instrumento de controle social. Esses Conselhos foram criados como órgãos de decisão e são formados com a participação de representantes das comunidades, do PRONESE – Unidade de Administração do Projeto Nordeste em Sergipe, do poder público municipal e de organizações não governamentais, incluindo sindicatos de trabalhadores rurais (PRONESE/ASPLAN, 1998). Esse é um dos conselhos de gestão conquistados no bojo do processo de abertura política recente vivido pelos países da América Latina. Prevendo a participação da sociedade civil na gestão das políticas de desenvolvimento, os conselhos se tornaram mecanismos de controle, planejamento e implementação de políticas públicas, em campos como a saúde, a assistência social e a área que envolve crianças e adolescentes. Nesses termos, eles devem servir como espaços de democratização das decisões que perpassam

diferentes esferas governamentais, federal, estadual ou no âmbito municipal.

Nos conselhos deliberativos das crianças e dos adolescentes, da saúde, assim como nos Conselhos de Desenvolvimento Comunitário, os obstáculos se reproduzem e repercutem na apropriação diferenciada do Conselho pelos segmentos. O conflito de interesses é marcante nas negociações.

Dessa maneira o CONDEM se concretiza como um nó de uma malha bastante complexa e emaranhada, uma malha que paradoxalmente manipula e descentraliza poderes. Um nó que permite um controle no nível da produção de mercadorias, no nível político, e enfim, no nível da produção do espaço. Aqueles que dirigem a malha, não são poucos, mas na sua maioria, não se mostram.

No povoado Tombo (Salgado), um agricultor não associado afirmou que a organização da sua comunidade *"anda a rabo de cavalo"* *Ela é uma das mais velhas aqui no município, mas não consegue nada, é mal organizada. Em outros tempos conseguiu chafariz e posto telefônico"* (fev/1998).

Quando a comunidade não está atenta para esse atrelamento, ela não desperta para a sua capacidade de organização. A autonomia das decisões que passam pelo CONDEM, vai depender da correlação de forças na estrutura do próprio Conselho. A sociedade civil deve atentar para a composição dos seus representantes nessas entidades. É esse acompanhamento, a fiscalização e a avaliação das suas ações que vão definir as estratégias de desenvolvimento para o local. Por essa razão é que os novos territórios criados devem consolidar suas amarras e descobrir com quais espaços interativos pretendem se relacionar. Esse exercício ativo, deve projetar a elaboração de um campo político ou mesmo um poder paralelo.

O contexto mostra que o espaço sofre as modificações essenciais e concernentes ao controle dos grupos do poder. O poder desterritorializador das redes tem plenas condições de desestruturar pessoas e planos, todavia, não consegue sozinho destruir o potencial renovador do trabalhador rural na busca de uma arma que faça o seu reencontro com o espaço que constrói.

A prática tem demonstrado que as ações do Conselho precisam ser mais vigiadas, pois muitos dos projetos que deveriam estar sendo elaborados nas comunidades por meio das suas representações, as associações, estão sendo concebidos pelo executivo. Esse, utiliza-se do Conselho apenas para legitimar suas políticas. Em muitos casos eles "aprovam" para as comunidades os projetos que interessam à

prefeitura, sem serem discutidos nas comunidades.

Não se pretende com essa crítica subestimar o papel dos equipamentos de infra-estrutura, mas sim, fazer uma reflexão da transferência de responsabilidades que o poder público agora atribui às organizações. É nesse ponto que se abre a brecha do desenraizamento das organizações, pois quando as comunidades não conquistam aqueles equipamentos elas são incompetentes.

Para que haja resistência em relação ao tipo de projeto que o poder público através do CONDEM impõe, é preciso que a comunidade tenha clareza das diferenças entre atividades produtivas e de infra-estrutura, entre atribuição do poder público e favores. Dessa maneira, é possível evitar o desenraizamento.

Segundo MONTEIRO (1996), uma alternativa para o fortalecimento da territorialidade das associações pode ser a busca do reconhecimento da realidade social e das necessidades das localidades. Através das redes de interação, pode-se empreender uma luta que eleve a comunidade à condição de autônoma ou à condição de comunidade livre.

Uma alternativa que já aparece na malha grossa da rede é a articulação que leva dezenas de associados para o “Grito da Terra” Evento organizado por sindicatos, associações nacionais, federações, CONTAG, MST e pela Central Única dos Trabalhadores (ainda que sem uma política oficializada definida em relação ao associativismo rural no Estado).

Há uma nítida intenção de captação de todos aqueles que representam os trabalhadores rurais para a construção de um movimento único. O caso do V Grito da Terra Brasil, realizado em julho de 1998, em Brasília, é um exemplo concreto dessa situação.

O “Grito da Terra” é uma mobilização nacional que se realiza desde 1994 e leva milhares de trabalhadores rurais a Brasília ou pode também territorializar-se nos próprios estados. Na ocasião, apresenta-se ao governo federal uma pauta única de reivindicações relacionadas ao campo. Anualmente, essa mobilização manifesta o interesse da CONTAG/CUT e dos demais movimentos ligados às questões camponesas no enfrentamento dos problemas atuais que se colocam para a agricultura familiar. Em uma semana de manifestações (passeatas, exposições, negociações, palestras, etc.) nas quais estiveram presentes também alguns líderes de associações rurais, essas instâncias representativas buscaram unificar uma luta para o conjunto dos trabalhadores

da agricultura no país. Um secretário de associação que esteve presente no evento, demonstrou entusiasmo com as causas da mobilização, comentando:

*Rapaz, nunca vi nada parecido. Todo mundo junto, pensando e querendo as mesmas coisas. Os líderes de lá ( . ) respeitando a gente, explicando a importância da nossa presença ali, mostrando que se não unirmos forças, nunca teremos um país melhor. Eu gostei muito. Acho que essa viagem me ensinou muita coisa. Era bom que as pessoas daqui tivessem lá para entenderem melhor as coisas. Antes de ir, as pessoas diziam, rapaz, deixe isso pra lá! Você vá e se arrependa, viu! Quando estiver lá vai entender o que estamos falando. Mas o que eu vi, foi muito esforço de todo mundo para que o governo entendesse nossa luta, e nada mais (agosto/1998)*

Essas afirmações são importantes para a compreensão da funcionalidade da rede. Torna-se nítido um reconhecimento do secretário da associação em relação a importância do encontro.

Esteve também presente no evento um representante da associação do Povoado Tombo, que é também membro do sindicato rural de Salgado. Na visão dele:

*Aquele encontro foi inesquecível. Todas as pessoas de muitos lugares pediam as mesmas coisas, um pouco de atenção para o trabalhador rural. Eu não sabia que era assim. Mas vejo que a gente tem que se juntar pra ter o que a gente precisa.(abr/1998)*

As necessidades de serviços como atendimento médico, energia, água e projetos produtivos, decorre da ausência de políticas básicas e a alocação dos recursos públicos no Brasil, passa por decisões que comumente não condizem com as necessidades de sua territorialização. É a elucidação dessas questões que são viabilizadas em eventos como o “Grito da Terra”. O Presidente da associação do povoado Canoas, também esteve em Brasília. Na sua opinião, “o Grito da Terra é importante para a gente perceber que não somos só nós que sofremos. O país todo tem dificuldades e se não se juntar fica mais difícil de resolver”(abr/1998)

A maneira como ele percebe a união, sem dúvida, inscreve-se como um reforço a qualquer movimento que pleiteia modificações no quadro de antagonismos. Na sua fala, observa-se esclarecimento do papel do movimento na luta de trabalhadores rurais.

Uma conversa com o intermediador entre CUT e FETASE nos dá uma compreensão sobre a ida dos líderes de associações rurais para o “V Grito da Terra Brasil”. Perguntamos se a viagem foi uma tentativa da CUT em atrair essas organizações. Ele responde:

*A nível local não. Mas a CONTAG (filiada à CUT), já apresenta uma certa preocupação em relação à importância dessas organizações. Hoje já se observa que a disseminação dessas associações se deve ao fato do sindicalismo rural não está dando as respostas que o campo precisa. Desse modo, entende-se como necessária uma articulação mais direta com tais organizações. Apesar disso, nós aqui de Sergipe, ainda não estamos articulados para isso, embora saibamos que a FETASE terá que se interessar por essa questão (Secretário de Informação da CUT/Se, out/98).*

A preocupação com a espacialização de associações no campo, já não pode mais ser negligenciada por nenhum segmento. Da mesma forma, não é possível tentar coibir esse processo.

O que se verifica é a gestação da idéia de aproximação desse segmento organizativo com o sindicalismo rural. O secretário de assalariamento da FETASE, foi contundente ao afirmar:

*Na verdade, a FETASE trata as associações como organizações rivais. A maioria dos que estão aqui, acredita que elas atrapalham os sindicatos. Eu acho que a atuação dos sindicatos (se preocupando com o assistencialismo), permite o surgimento de varias organizações e acredito também que a questão de melhorar o nível de conscientização dos associados é urgente. Foi por isso que enquanto estive na direção do sindicato de Salgado, eu e os companheiros nos esforçamos para levar para o “Grito da Terra”, alguns representantes de associações, mas isso*

*ainda é uma coisa muito localizada. No estado aconteceu apenas em Salgado e Boquim. Aliás, em Salgado, a atual diretoria, da qual eu não faço parte, trabalha recebendo e dando apoio as associações (fev/1999).*

No caso do movimento em questão, as reivindicações em pauta contribuem para melhorar a compreensão dos trabalhadores em relação a políticas de financiamento, comercialização, à estrutura fundiária concentrada do país, entre outros. Nesse sentido, não se pode negar a necessidade urgente de um compromisso com as organizações já regulamentadas buscando transformá-las em representações de luta por mudanças mais estruturais.

O exemplo retrata a possibilidade de inserção de associações numa rede mais ampla e mais resistente. Na medida em que esse engajamento se fortaleça, os membros representantes, deverão ampliar sua compreensão da problemática nacional – saindo do local para o global – “*nesse encontro do micro e do macro*” O contraponto do não engajamento da comunidade nesse território, é o enclausuramento.

Nas associações e cooperativas rurais, a fluidez das informações deve tornar mais forte o processo participativo. Estando engajados e informados das suas perspectivas organizacionais, os membros associados/cooperados contribuem com os projetos e reivindicam viabilização para os mesmos. O conjunto das forças que teoricamente permitem um avanço na eliminação do sectarismo também é responsável pela construção de visões de processos. De posse dessa força, os membros de uma organização desenvolvem um interesse pelas situações gerais que afetam o seu espaço de moradia. As contribuições propostas pelas redes de complementaridade inibem a perspectiva do local e permitem um enquadramento mais conjuntural das análises.

A emergência para elaborar propostas básicas que impliquem em mudanças na concepção da participação que se concretiza no meio rural pode ter efeito na medida em que os grupos que pretendem colaborar com tal construção se engajem na rede. Essa, por sua vez, deve estar em constante construção, pois assim, permitirá a redução dos poderes dos grupos que hora se promovem por essas vias. Um movimento constante deve permanecer no sentido de desconstruir essa estrutura e de reconstruir nova fisionomia para a luta dos trabalhadores rurais.

## Informações e Redes de Interação das Cooperativas

Na elaboração de uma rede bastante estruturada e definida, o cooperativismo brasileiro traçou quatro grandes fases.

Apesar do grande impulso que teve o cooperativismo do final do século XIX até a atualidade, o cooperativismo brasileiro só conseguiu unificar uma representação nacional em 1950, criando a UNASCO – União Nacional das Associações de Cooperativas. Mas divergências internas levaram o movimento a uma cisão e a criação da ABCOOP – Aliança Brasileira de Cooperativas.

Em 1971, o Ministério da Agricultura promoveu uma reformulação estrutural das cooperativas. A partir de então, numa tentativa de unificação das representações, surge a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Formalizou-se também as OCEs – Organizações Estaduais de Cooperativas.

Essas instâncias foram presididas pela ACI – Aliança Cooperativa Internacional. Criada em 1895 em Londres, hoje com sede em Genebra. <sup>(2)</sup>

Depois de 102 anos de fundação, a Aliança elege o primeiro presidente brasileiro. A eleição de Roberto Rodrigues para a presidência desse órgão resultou de um movimento do cooperativismo nacional dirigido pelo atual presidente da OCB, Dejandir Dalpasquale, junto à OCA – Organização das Cooperativas da América. De pouca valia teria sido o esforço para sua eleição se Roberto Rodrigues não representasse a transformação urgente pela qual precisa passar o cooperativismo, no sentido de adaptar-se ao processo de globalização. (CooperBrasil, 1997)

A campanha eleitoral de Roberto Rodrigues deu ênfase aos elementos de estruturação das cooperativas para o enfrentamento da economia de mercado. Para os próximos anos, a Aliança pleiteia explorar as oportunidades cedidas pela globalização:

*- fusões, incorporações e integrações inter-setoriais, alianças estratégicas, criação de empresas capitalistas, propaganda.*  
(CooperBrasil, 1997 17 e 18)

---

<sup>(2)</sup> A ACI representa todas as cooperativas do mundo. Ela é um fórum internacional que serve como referência para a solução de problemas de todas as empresas dessa natureza. Hoje ela é um importante organismo de definição de políticas econômicas dos grandes órgãos internacionais de desenvolvimento como a FAO. Tornou-se a maior ONG – Organização não- governamental do mundo. (CooperBrasil, 1997)

Tais propostas devem ser compreendidas nas diferentes escalas representadas como prioritárias para o plano internacional. Representam macro elementos que devem encontrar correspondência dos planos nacionais aos locais, onde estão as cooperativas. Por exemplo, a OCB contempla as proposições da ACI no XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo em 1997. O programa do congresso ressaltou questões como:

- *Globalização da economia, novos rumos do cooperativismo, desafios para o gerenciamento financeiro das cooperativas brasileiras, adequação da legislação cooperativa, etc. (Idem).*

Nota-se um entrelaçamento nos discursos das instâncias superiores. Entre ACI e OCB, observa-se um entrosamento eficiente para a execução de tarefas comuns. É possível que este elemento seja reflexo da presença de uma liderança brasileira na representação internacional. De toda forma, já é praxe um relacionamento mais eficaz entre organizações do topo das hierarquias.

É comum as representações de maior peso encontrarem mais ágeis mecanismos de comunicação, de modo a provocar repercussões mais eficientes das suas intenções. Notadamente, isso não se pode dizer em relação aos associados diretos da Coopertreze.

A estrutura hierárquica do cooperativismo foi definida no seu cotidiano através das experiências acumuladas pelas organizações e dependeu da correlação de forças que se travou no interior do processo de construção. O esquema de redes que dá sustentação à organização das cooperativas, tem a seguinte ordem de representatividade:

Figura 08  
Estrutura Formal do Cooperativismo



Fonte: CooperBrasil, 1997 – adaptado

As cooperativas brasileiras interagem com o Ministério da Agricultura, através do **DENACOOOP** – Departamento Nacional de Associativismo e Cooperativismo, com o Estado, através dos agentes financeiros e das empresas de assistência técnica, e com os legislativos federal e estadual, entre outros não enumerados no processo de pesquisa. Essas relações ocorrem sem uma periodicidade definida e nem contínua, dependem de acordos políticos feitos em tempos de eleições (tanto eleições na cooperativa, como nos poderes municipal e estadual) e de condições financeiras estabelecidas pelas situações de mercado, de produção, etc. Além desse problema organizacional, parece não haver correspondência entre a estrutura formalizada e seus associados. Observa-se que a rede está tão consolidada, quanto frágil parece ser o processo de interação entre os seus pontos.

A Coopertreze por exemplo, vincula-se diretamente à **OCESE** – Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe, que por sua vez, não se mantém ligada a nenhuma confederação. Regula-se diretamente de acordo com as diretrizes da **OCB** e aí, fala-se de um processo de interação eficaz.

O agente que faz a intermediação entre **OCESE** e **OCB** é assessor em 08 das 09 cooperativas agrícolas do Estado de Sergipe. Ele afirma: *"posso dizer que as informações chegam nas administrações. Trabalhamos com reuniões, visitas, muito material escrito, como projetos, etc. Mas as administrações é que devem repassar para a base"*(set/1998).

Na visão desse funcionário, o problema é da administração. A orientação é para criar condições para que a base possa participar mais em todos os processos.

*No momento, por exemplo, estamos encaminhando algumas cooperativas para o RECOOP. Um dos critérios é a presença da base no processo de gestão da mesma. Caso isso não esteja acontecendo nas cooperativas, é possível que os seus projetos não sejam contemplados" (...) "Para você ter uma idéia, existe um canal de informações via Internet, chamado AGROKESH, aberto para as cooperativas, inclusive para a Coopertreze. Esse canal apresenta as perspectivas do mercado, preços, etc. Todavia, na Coopertreze ele parece não ter utilidade. (Idem).*

Esse comentário apenas reforça a proposição de que, pelo menos enquanto não priorizarem reformas em adequação às leis do mercado globalizado, na era de globalização provavelmente as pequenas cooperativas pouco conseguirão manter-se

atuando.

As orientações da OCB são para que se estructurem comissões com associados que contribuam com as administrações “Agora, infelizmente, isso não está sendo feito. Acredito que os administradores tenham medo de reduzirem seu poder”(ibidem).

A Coopertreze não responde com eficiência às orientações do seu organismo superior. Não há um repasse das informações para a base e sequer essas estão passando do nível dos diretores mais diretos.

As informações passadas da ACI para a OCB, quase nunca chegam ao nível da localidade. Poucas vezes ou de forma bastante ineficiente, elas saem das diretorias. As informações cruzam um trajeto bastante estreito, passando da escala internacional para a local através dos mais burocratizados meios. Além disso, elas passam por uma interpretação dos agentes de intermediação, estando sujeitas a alterações. Não se pode afirmar que os representantes dos cooperados, na escala nacional, consigam manter um diálogo aberto com suas bases. Adiciona-se a esse problema organizacional a não correspondência entre os diretores e os associados. Essa questão remete a uma outra mais grave que é o fato dessa rede está tanto consolidada, quanto frágil parece ser o processo de interação entre os seus pontos.

A raridade com que são realizados os encontros nacionais com a OCB, também se inclui nos elementos que explicam o distanciamento entre lideranças e bases. Sem os fóruns nacionais, têm-se um desencontro do local com o nacional e vice-versa.

Outro ponto relaciona-se ao próprio comprometimento do grupo que está nas direções, o distanciamento intelectual, o interesse na opinião dos cooperados, o desafio de decidir em reuniões de cúpulas as questões macro e micro.

Sobre esse assunto, diz o presidente da ACI.

*Ora, se a cada oportunidade de negócio importante a cooperativa for consultar o seu cooperado, quando terminar a consulta, a oportunidade já terá passado, e alguém já terá montado esse cavalo que passou arreado na porta de casa. Logo, nessa corrida pelo sucesso, as cooperativas precisam ser dirigidas por profissionais competentes para tomar decisões, assumindo uma postura muito mais empresarial (Gestão Cooperativa, 1997, p.7).*

Nota-se que a supremacia do mercado aponta para uma necessária superação da participação das bases, mesmo nas decisões localizadas. É o que o presidente da

ACI chama de “Terceira Guerra Mundial”, da qual sobrarão os ágeis “*Os lerdos serão engolidos pelos rápidos*”

Enquanto o intermediador entre OCB e OCESE fala em participação da base, a ACI discute competitividade e agilidade nas decisões. Nesse ponto, a questão parece reforçar a idéia da centralização e consequentemente, do caráter desigualizante das hierarquias, complexificando e concentrando as decisões.

Não adianta, por exemplo, que os associados sejam convocados para tomarem decisões ou criarem propostas para uma política cooperativa. Hoje o mercado dita as estratégias, e o cooperado fica esperando (não propositadamente) que suas cúpulas superiores encontrem mecanismos de ingresso neste. Por não conhecerem as resoluções tomadas de cima, não se pode afirmar que, nessas relações haja qualquer mudança de comportamento por parte dos associados. Na realidade, o que há, pode ser analisado como um retrocesso do ponto de vista da participação efetiva.

Quando se pergunta de quais decisões a comunidade efetivamente participou, os entrevistados respondem que não sabem se houve algum processo de decisão. Nesse ponto, lembram que colocaram para eles a possibilidade do encerramento da cooperativa e isso eles não aceitaram. Ou seja, ultimamente, nada do que se propõe em assembléias, pode ser efetivamente discutido. As coisas já vêm prontas. “O que poderíamos fazer senão não aceitar que acabem com a nossa cooperativa?” (Associado, abr/1998)

Demonstram assim a presença de uma territorialidade imponente. Mas quanto ao reconhecimento da rede, os cooperados mal sabem da existência da organização internacional ou da presença da FRESCOOP no congresso federal. Quando se pergunta sobre as relações da Coopertreze com outros órgãos eles respondem:

*O que sei é que tem o banco, o governo do Estado e ouço falar dos deputados daí mesmo de Lagarto. Às vezes o presidente está com um, outras vezes está com outro. O que sei é que tem essas pessoas que eles conversam* (Cooperado, mar/1998)

A posição desse associado é aparentemente a mesma para o conjunto dos cooperados, de completa ignorância das relações com a estrutura organizacional formal da Coopertreze, seja na escala estadual, nacional ou federal.

O conjunto dos associados da empresa participa de fóruns diretos que são representados pelas assembléias. Há uma prática de se convocar essas reuniões

periódicas com a participação de prefeitos, deputados dos municípios da sua área de influência, bancos e o Estado (normalmente representado pela Secretaria da Agricultura) além de outras entidades.

Os cooperados sempre estão sabendo “com quem” está o presidente da cooperativa. Com quais partidos e pessoas a cooperativa está se relacionando. Este fato, repercute positivamente quanto ao aspecto da participação. Os associados discutem em assembléias com os legisladores e executivos municipais, assim como com os dirigentes da empresa sobre questões emergenciais e de crise. Mas, por acontecerem somente em momentos críticos, não se pode afirmar que os mesmos estejam credenciando-se no processo de gestão da sua organização, ou se estão sendo apenas informados sobre as soluções mais viáveis. Evidentemente, os associados têm a última palavra, embora em condições críticas não lhes reste quaisquer outras alternativas.

Há uma unanimidade entre os associados e ex-associados, no tocante ao fato de colocarem a Coopertreze como a “mãe de todos”. Esse sentimento pode ser evidenciado nos eventos que a comunidade e a própria cooperativa realizam manifestando uma territorialidade bastante consolidada.

Para os moradores da Colônia Treze, colonos ou não, há um sentimento muito forte de pertencimento em relação à comunidade.

Nos festejos comemorativos da independência realizados nos meses de setembro pelas escolas locais, os fundadores e dirigentes da cooperativa sempre são lembrados.

ALMEIDA (1993) remete a questão da territorialidade<sup>(3)</sup>, “*a uma diversidade de apropriações de um mesmo espaço, seja sob a forma concreta de seu caráter produtivo e disciplinar, seja sob a forma simbólica quando se trata de seu valor histórico, natural, cultural*” (1993, p.05)

Anualmente acontecem, mesmo em crise, comemorações alusivas à Coopertreze. Essas comemorações trazem à tona o apego das pessoas pela organização. São momentos como estes, de reunião da comunidade, que aflora a consciência de uma construção coletiva e de que a Colônia Treze vai constituindo-se como um lugar. Lugar no sentido do espaço das decisões, o lugar da tomada de decisões, ou seja o lugar como o ambiente carregado de subjetividade, de significados.

Na medida em que tornou-se campo político de defesa do sistema cooperativista, a Colônia Treze ganhou a função de desenvolver e sediar o espírito da

participação para solucionar questões que digam respeito ao interesse do comunitário.

As interações que se processam envolvendo este espaço de debate, podem se fazer com diferentes instituições, órgãos, pessoas etc., e até mesmo nas redes internas ao movimento da Coopertreze, como os seus núcleos de colonização. Esses núcleos estruturam-se como território-rede, visto que apresentam alteridade em relação aos outros. (COSTA, 1995 & SOUZA, 1996) Os mesmos pontos desse território-rede (os cooperados), são eles mesmos territórios contínuos, são também pontos no território-rede da cooperativa, sendo que este já é ponto de outros territórios de acordo com o exposto no item anterior. Disso não se pode inferir intensidade de poder nos pontos da rede.

Nos nós, em cada núcleo ou nas comunidades onde estão os associados, as possibilidades de avanço são maiores e mais nítidas, o que os torna mais consistentes. Aí, as interações podem ser mais eficazes apresentando resultados imediatos. Se os contatos forem realizados diretamente com os cooperados, eles passam a desenvolver maior capacidade de compreensão e crítica, o que os leva à condição de partícipes querendo fazer o melhor por sua organização.

A rede apresenta movimento inconstante, depende de diversos fatores para que seus pontos sejam mobilizados. Ora uns pontos são mais mobilizados que outros, ora esses pontos estão tão conectados que a interdependência inviabiliza a individualização.

O apoio de diferentes organismos, pode possibilitar o encontro dos valores comunitários com valores de fora. Isso, provavelmente viabiliza uma ampliação da visão de mundo nas comunidades. A partir daí, os próprios trabalhadores desenvolvem condições para encontrar estratégias de superação dos seus problemas, seja através do reerguimento da cooperativa ou não. A questão crucial é conhecer as suas possibilidades de reprodução dentro do contexto macro, e isso é possível com o conhecimento das causas geradoras da problemática.

Por sua vez, essas causas só são vislumbradas num contexto de cooperação em redes. Redes de organizações com interesses afins. Redes que se propõem a construir nas cooperativas, espaços de reconquista da cidadania, como fora o seu

---

<sup>(3)</sup> *Palestra apresentada na mesa-redonda "O espaço nosso de cada dia: o cotidiano da cidade" no evento FORTALEZA VÁRIOS OLHARES em Fortaleza-CE, no período de 27 novembro a 03 dezembro de 1993. As reflexões fazem parte de uma pesquisa maior "Novas e velhas espacialidades: o estudo da modernidade em Fortaleza" (CNPq).*

objetivo inicial.

Existe, atualmente, uma proposta de mobilização nos núcleos e nas localidades onde existe cooperados, no sentido de redefinir a participação dos mesmos, através da escolha de membros da comunidade que possam representar seus conterrâneos junto à cooperativa. Infelizmente, não houve e nem há mobilidade da direção, para efetivar essa proposição.

No primeiro semestre de 1998, a OCESE por orientação da OCB, realizou seminários sobre gestão, participação e mercado diretamente com os núcleos da Coopertreze. Esse projeto foi importante para um esclarecimento mais amplo das questões conjunturais, mas não está tendo prosseguimento, fato que dificulta em muito o trabalho de conscientização.

Parece paradoxal a idéia de participação proposta pela ACI/OCB. Ao mesmo tempo que busca um entendimento com as bases, estrutura-se para o ingresso num mercado globalizado que na sua lógica, aniquila a pequena produção. Mas o mais contraditório é o próprio modelo de desenvolvimento que não dá lugar à cooperação participativa e democrática de pequenas empresas. Se as decisões não devem escapar ao controle dos diretores, se esses precisam de preparação para correrem contra o tempo, como construir um processo participativo?

Hoje, se vislumbra preocupação da comunidade cooperada e mesmo daqueles moradores não cooperados, com as perspectivas da cooperativa. A atenção às questões que envolvem a Coopertreze tem canalizado debates em torno das questões problemas da região onde ela está inserida, confrontos de idéias entre as diretorias e a comunidade associada, indagações relacionadas aos apoios políticos recebidos, em relação às políticas de crédito e outras. A comunidade incorpora o caráter fiscal. O tempo todo observa os passos dos diretores e as negociações mais importantes. Assim, os trabalhadores vão se tornando sujeitos ativos na formação da territorialidade da cooperativa. Os elementos dos diferentes territórios-rede, se mobilizam no debate, abrindo o campo das discussões para o esclarecimento das causas geradoras dos problemas.

A rede cooperativa, apesar de bem consolidada, ainda engatinha em termos de propostas de reflexão sobre a participação dos agricultores. É nas assembléias que aparecem os representantes dos bancos, do governo, da indústria, os deputados estaduais e federais, os vereadores, o prefeito, os representantes da OCESE etc. Todos

esses agentes fazem seus pronunciamentos na defesa dos interesses que lhes convém. Eles podem ou não legitimar as proposições da cooperativa. Normalmente a OCESE postula-se como defensora dos objetivos da organização. Os legisladores, sobretudo os municipais, apostam nas posições dos grupos políticos que representam, sem nunca se aterem ao debate das necessidades da comunidade, a menos que os interesses coincidam. Os deputados federais e estaduais adotam posições mais independentes, mas naquele contexto, quase sempre manifestam preocupação eleitoral.

Essas interações estratégicas desenvolvidas no campo da Coopertreze podem ser verificadas também nas diversas cooperativas do estado e os mesmos agentes sociais estão presentes no projeto político do cooperativismo de todo o país. Todavia, nem todos os agentes que poderiam participar de redes de solidariedade, como as pastorais, os movimentos comunitários, as associações, o MST, o sindicato rural, os professores, os jovens, as mulheres organizadas etc. aparecem no nosso estudo. Desses, pode-se esperar contribuições mais eficazes, pois além de se disporem ao engajamento na rede sem poder auferir qualquer lucro pessoal (a não ser o da satisfação de ajudar) e de demonstrarem interesse nas resoluções da problemática local, eles contam com as experiências de outros movimentos. Tais experiências podem elevar o espírito crítico dos trabalhadores envolvidos.

A rede estruturada pouco expressa a ampliação de um campo de forças dos pequenos agricultores. O que há como eixo principal apenas reforça a tendência nacional de resolver os imediatismos.

A fragilidade nas relações com o legislativo local, expressa que este último, enquanto ponto da rede, não assegura fortalecimento à organização. Na realidade, dessa estrutura, apenas a OCESE propõe uma contribuição constante.

A crise de produção e reprodução da agricultura familiar impõe uma caracterização às organizações da sociedade civil, diferente daquelas para as quais elas deveriam servir. É a tendência de solucionar os problemas imediatos relacionados ao crédito. A conquista do crédito agrícola torna-se o fator mais atraente do ponto de vista imediato e deixa de ser visto pela maioria como um componente inicial de uma política de investimentos que deve melhorar a infra-estrutura, a industrialização e a comercialização dos seus produtos. Nesse sentido, percebe-se que esses pequenos agricultores interagem com limites com sua organização num processo pouco abrangente de formulação de políticas de desenvolvimento rural.

Dessa maneira, a rede em que a Coopertreze se insere, ao invés de propor estratégias de lutas, organização e diálogo social, demarca um novo estágio, em que as prioridades voltam-se para a produção e tornam-se propositivas e afirmativas em suas reivindicações junto ao poder público.

Observa-se ainda que a política de financiamentos embasa completamente a visão sobre as demais iniciativas. O ideal era que o crédito fosse apenas um componente de um projeto de longo curso pretendido como contraponto ao modelo atual no qual se desenvolve a agricultura familiar. A cooperativa deveria se empenhar para que este componente não fosse visto como fim, e provocasse uma acomodação em relação as outras demandas, cuja realização parece ser mais difícil. O toque de diferenciação então, estaria na especificidade histórica e política como devem ser conquistados os direitos, coletividade e bem estar com liberdade e sem dividendos financeiros, políticos ou morais.

Isso depende do grau de participação que os cooperativados exercitem na elaboração de projetos mais abrangentes e das informações que eles recebem. A participação e as informações podem se dar através das redes de interação. A compreensão que se tem da rede em questão, do modo como se mobiliza, é de que ela subpotencializa o processo participativo.

Nota-se que essa rede precisa se ampliar para poder expressar o campo de forças dos pequenos agricultores. A tendência a solucionar os imediatismos sem uma concomitante discussão sobre o que os causa dificulta a construção de uma consciência crítica dos problemas. Se as informações das questões problemas (a ausência do crédito, o porquê dele ser necessário, por que o agricultor não consegue produzir sem ele, por que os rendimentos não são suficientes para a reprodução das famílias) chegassem até as bases com eficiência, a partir de uma rede de complementaridade, poder-se-ia falar, de modo mais contundente, em processo de interação eficaz. O caráter da horizontalidade presente na rede, pode se ampliar na medida em que os agentes (professores, pastores, jovens, mulheres, sindicatos ou outras organizações), passem a integrar permanentemente a malha. Suas contribuições são imprescindíveis para os interesses dos grupos e para o encontro do local com o global.

O enquadramento dos atores aos quais nos referimos tem sofrido restrições em função da centralização de poder nas diretorias e das suas percepções em relação ao esclarecimento dos problemas gerais. Além disso, os entraves estabelecidos no

repassa dos fluxos materiais (as informações), seja por conta da filtragem dessas informações realizada pelos intermediadores, seja em virtude da descrença da comunidade em relação à sua organização, também corroboram para dificultar o processo participativo. Outros elementos que inviabilizam a eficiência da rede estão associados às conjunturas desfavoráveis ao modelo cooperativista. São fatores que reduzem as possibilidades de produção e de comercialização, fortalecendo a concorrência, minimizando as atividades da cooperativa e consequentemente, diminuindo o seu quadro social e a importância dessa organização do espaço comunitário.

Assim, conclui-se que a rede, da maneira como está estruturada, pouco está contribuindo para uma ampliação da visão de mundo dos sócios da cooperativa. O seu caráter majoritário é o das hierarquias desterritorializadoras. As decisões tem sido tomadas de cima para baixo, castrando as possibilidades de participação e inibindo o processo democrático. Apesar disso, como a qualidade política da participação dos associados é derivada do seu engajamento ao território, o processo de desenraizamento provavelmente não irá se completar. O território-rede da Coopertreze, se encontra amarrado por fortes nós de afetividade. São nós que foram construídos durante os primeiros vinte anos de estruturação e que não se desfazem facilmente em virtude das relações de cordialidade e seriedade que lhe permitiram territorializar-se.

Considerando-se então o discurso dos 86% dos entrevistados sobre a importância da cooperativa para a produção do seu espaço de vida, subentende-se que há uma territorialidade fortalecida, construída com a contribuição da comunidade que, embora apresente-se vulnerável, dificilmente permitirá a desestruturação da sua organização.

Foram respostas como: “a cooperativa é a mãe de todos”, “se não fosse por ela eu talvez ainda não tivesse onde morar”, “o que a gente puder fazer pra ela se reerguer, a gente faz”(Cooperados, mar/abr, 1998), que nos levaram a insistir que os processos de desenraizamento não dependem apenas de um desmonte econômico. Esses encontram nas territorialidades, ou seja, no seu avesso, as mais fortes barreiras, às vezes, impenetráveis.

A participação deve ser vislumbrada na rede. Seja na rede já regulamentada, seja com outros espaços públicos como os movimentos católicos, os sindicatos, os parlamentos, as Ongs., etc. Essa rede, na medida que viabiliza a comunicação e a

informação, conduz a um processo de amadurecimento grupal e individual, despertando o sujeito para o seu contexto problematizado. A consequência é a descoberta de alternativas para as organizações, ora conduzindo-as ao enquadramento no projeto global, ora encontrando caminhos que se tornem viáveis. As soluções estão no amadurecimento das bases. No engajamento o trabalhador sente-se integrante do sistema e só assim motiva-se a participar e a cooperar.

Neste ponto, coloca-se a questão de quão imprescindível é a formação de uma malha consistente, com nós irmanados nos seus interesses, e com perspectiva de sedimentação de um espaço interativo. Essa idéia amplia o campo de forças dos pequenos agricultores integrando personagens, atores e sujeitos diversos nas ações de pressão junto ao poder público, e na elaboração de projetos ambiciosos de desenvolvimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Fortaleza. Paisagens urbanas e a construção de territorialidades. Fortaleza, 1993 Mimeo.
- COOPERBRASIL, Publicação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Ano 01, vol. 01, 1997
- CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1997
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1996.
- COSTA, R. Haesbaert, da. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. IN Geografia, conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- DOWBOR, Ladislau. O Que é Poder Local? São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ Vozes, 1998.

FETASE – Breve Histórico do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais do Estado de Sergipe. Aracaju. mimeo, 1978.

GESTÃO COOPERATIVA – Encontro de Cooperativismo das Américas. Belo Horizonte: Traço e Letra Comunicação & Marketing, ano 01, vol. 01, 1997

MONTEIRO, Raimunda. Informação e estratégia de afirmação da agricultura familiar na Transamazônica. In. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Aracaju. SOBER, 1996.

PRONESE, Relatório de Atividades 1991 – 1994. Aracaju. PRONESE, 1995.

RATTNER, Henrique. Globalização e projeto nacional. In. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. O Que Há de “Novo” nos Movimentos Sociais no Campo. In. Temas Rurais: movimentos sociais e desenvolvimento. Vol. 02, mai./ago. 1989

\_\_\_\_\_. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 1993

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. São Paulo: Cortez, 1991

## ABSTRACT

The present work shows the participation that is done besides cooperatives and associations in Sergipe's country. It becomes clear, too, the possibilities of doing discursive spaces besides mutual understanding.